

O **Direito** na Transição do **Clássico** para o **Contemporâneo**

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2021

O **Direito** na Transição do **Clássico** para o **Contemporâneo**

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O direito na transição do clássico para o contemporâneo

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 O direito na transição do clássico para o contemporâneo / Organizadores Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-770-3

DOI 10.22533/at.ed.703211202

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de (Organizadora). III. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **O DIREITO NA TRANSIÇÃO DO CLÁSSICO PARA O CONTEMPORÂNEO**, coletânea de vinte e três capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam o direito no contexto externo; o direito no contexto nacional; direito penal, criminologia e desafios contemporâneos; o direito e a medicina: diálogos; e filosofia do direito e educação.

O direito no contexto externo traz análises sobre particularidades vivenciadas no Chile e nos Estados Unidos da América.

Em o direito no contexto nacional são verificadas contribuições que versam sobre o *contempt of court*, licitação, imposto sobre valor agregado, ocupação irregular, idoso e superendividamento, meio ambiente e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

Direito penal, criminologia e desafios contemporâneos aborda questões como delação premiada, crime de lavagem de capitais, uso progressivo da força, marginalização de grupos vulneráveis, sistema prisional brasileiro, transposição da sanção penal para as famílias dos detentos e violência contra a mulher.

No quarto momento, o direito e a medicina: diálogo, temos estudos sobre a eutanásia, dignidade da pessoa humana, religião, saúde e medicina legal.

Por fim, em filosofia do direito e educação, há abordagens que tratam de temas como o princípio da separação dos poderes e educação popular.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“LA EXPERIENCIA DE LOS TRIBUNALES DE CHILE BAJO LA LEY DE TRAMITACIÓN ELECTRÓNICA DE LOS PROCEDIMIENTOS CIVILES”

Gerardo Bernales Rojas

DOI 10.22533/at.ed.7032112021

CAPÍTULO 2..... 13

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA NOVAS MODALIDADES CRIMINOSAS: UMA ANÁLISE DO CYBERATQUE HAVIDO NA GEÓRGIA

Mateus Catalani Pirani

Maria Beatriz Espinoza Miranda

DOI 10.22533/at.ed.7032112022

CAPÍTULO 3..... 25

APLICABILIDADE E EFETIVIDADE DO ‘CONTEMPT OF COURT’ NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Janice Coelho Derze

Rogério Mollica

DOI 10.22533/at.ed.7032112023

CAPÍTULO 4..... 32

O INSTITUTO DO CREDENCIAMENTO COMO FORMA DE INEXIGIBILIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, SOB A LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL DA LEGALIDADE

Bruno Pastori Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.7032112024

CAPÍTULO 5..... 44

A INSTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO NO BRASIL: UMA PROPOSTA CONSTITUCIONAL?

Ana Luísa Sevegnani

Luiza Miranda Heinisch

DOI 10.22533/at.ed.7032112025

CAPÍTULO 6..... 61

EXPULSÃO, REMOÇÃO E FIXAÇÃO: OS TRÊS MOMENTOS DA VISÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR PARA O PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO E O EXEMPLO DO DISTRITO FEDERAL

Letícia Pacheco dos Passos Claro

Patrícia Pereira Alves da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7032112026

CAPÍTULO 7..... 79

O IDOSO DIANTE DO PROBLEMA DO SUPERENDIVIDAMENTO: PROJETO DE LEI Nº 3515/2015 E AS AÇÕES DO BALCÃO DO CONSUMIDOR DE SANTA ROSA, RS

Maria Aparecida Kowalski

Fernanda Serrer

DOI 10.22533/at.ed.7032112027

CAPÍTULO 8..... 92

CRIME AMBIENTAL: DEVER DE RAPARAÇÃO DO DANO CAUSADO

Jaime Lisandro Martini

DOI 10.22533/at.ed.7032112028

CAPÍTULO 9..... 105

COMENTÁRIOS AO DECRETO Nº 10.468/2020

Viviane Lemes da Rosa

DOI 10.22533/at.ed.7032112029

CAPÍTULO 10..... 125

DELAÇÃO PREMIADA ANTE O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Jéssica Mapeli dos Anjos

Renan Posella Mandarin

DOI 10.22533/at.ed.70321120210

CAPÍTULO 11 138

CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAIS: UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE TÉCNICAS E MECANISMOS DE PREVENÇÃO

Helene Mitsue Komori

William Akira Tanaka

DOI 10.22533/at.ed.70321120211

CAPÍTULO 12..... 150

O USO PROGRESSIVO DA FORÇA EM ABORDAGENS REALIZADAS POR PRAÇAS, CASTANHAL/PARÁ

Jess Elly Lima de Lima

Reinaldo Eduardo da Silva Sales

DOI 10.22533/at.ed.70321120212

CAPÍTULO 13..... 164

CRIMINOLOGIA CRÍTICA E A MARGINALIZAÇÃO DA CULTURA DE GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

Luis Felipe Dupim Viotto

DOI 10.22533/at.ed.70321120213

CAPÍTULO 14..... 177

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E O EFEITO TANATOLÓGICO DE UMA MÁQUINA DE PRODUÇÃO DE MORTES

Cleber Freitas do Prado

DOI 10.22533/at.ed.70321120214

CAPÍTULO 15..... 188

PRISÃO EMOCIONAL: TRANSPOSIÇÃO DA SANÇÃO PENAL PARA FAMÍLIAS DE DETENTOS, QUANDO DA NEGLIGÊNCIA DO DIREITO À MANUTENÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR, NO CASO DE FAMÍLIAS INTERIORANAS E DE BAIXA RENDA

Gabriel Ricardo de Albuquerque Melo
Heloísa Gonçalves Medeiros de Oliveira Lima
Heloísa Silva Alves

DOI 10.22533/at.ed.70321120215

CAPÍTULO 16..... 205

OS DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE DAS INSTITUIÇÕES NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, JOÃO PESSOA-PB

Karoliny Dedice Pereira Alves
Emanuel Luiz Pereira da Silva
Marinalva de Sousa Conserva
Almira Almeida Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.70321120216

CAPÍTULO 17..... 222

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO AMBIENTE DE TRABALHO E O PAPEL DA GESTÃO: UM ESTUDO SOBRE TRABALHADORAS CARIOCAS

Viviane Mello de Oliveira Spena
Camila de Carvalho Ouro Guimarães
Diana Rebello Neves

DOI 10.22533/at.ed.70321120217

CAPÍTULO 18..... 242

A EUTANÁSIA SOB O PRISMA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Wallace Jamelli Vidal Alencar
Renna Franca Araújo de Lucena

DOI 10.22533/at.ed.70321120218

CAPÍTULO 19..... 247

O MÉDICO DIANTE DA OBJEÇÃO RELIGIOSA EM CASO DE RECUSA À TRANSFUÇÃO DE SANGUE EM PACIENTE ADULTO INCONSCIENTE OU INCAPAZ

Marco Augusto Ghisi Machado
Regiane Nistler

DOI 10.22533/at.ed.70321120219

CAPÍTULO 20..... 262

AS PRÁTICAS RELIGIOSAS E A INFLUÊNCIA DA ESPIRITUALIDADE NA REABILITAÇÃO DE DROGADITOS

Saulo Duarte Lima Ribeiro
Karla Muniz Barreto Oton

DOI 10.22533/at.ed.70321120220

CAPÍTULO 21	275
“DESCOBRIR” A VERDADE: A MEDICINA LEGAL NOS CRIMES SEXUAIS	
Marcelo Douglas Nascimento Ribas Filho	
Hélio Sochodolak	
DOI 10.22533/at.ed.70321120221	
CAPÍTULO 22	290
UMA LEITURA DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES DE MONTESQUIEU SOB A ÓTICA DO POSITIVISMO NORMATIVO DE HANS Kelsen	
Júlia Farah Scholz	
DOI 10.22533/at.ed.70321120222	
CAPÍTULO 23	306
INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EMERGENTES DOS MOVIMENTOS POPULARES	
Ana Célia Silva Menezes	
Orlandil de Lima Moreira	
Maria Margareth de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.70321120223	
SOBRE OS ORGANIZADORES	320
ÍNDICE REMISSIVO	321

AS PRÁTICAS RELIGIOSAS E A INFLUÊNCIA DA ESPIRITUALIDADE NA REABILITAÇÃO DE DROGADITOS

Data de aceite: 04/02/2021

Saulo Duarte Lima Ribeiro

Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
João Pessoa -PB
<http://lattes.cnpq.br/6422228037750136>

Karla Muniz Barreto Oton

Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
João Pessoa –PB -
<http://lattes.cnpq.br/4585373539922322>

RESUMO: Não obstante o desenvolvimento das Ciências da Saúde nas últimas décadas devido ao avanço tecnológico e a influência do racionalismo na ciência, cada vez mais observa-se que esta área do conhecimento tem se aberto mais às possibilidades de influência das práticas religiosas na preservação da saúde e na prevenção de doenças. Ainda que, em geral, haja um certo receio quanto a esta relação, já se abrem novos horizontes no que se refere à possibilidade de uso de práticas religiosas que visem a melhoria de patologias diversas. Neste breve artigo buscaremos apresentar as práticas religiosas como possibilidade eficaz na reabilitação de dependentes de substâncias psicoativas. O tipo de pesquisa utilizado foi pura, com abordagem qualitativa, fazendo uso da técnica de revisão bibliográfica. Concluiu-se que as práticas religiosas já são consideradas em muitos tratamentos em dependência química, assim como para atuar na terapia de codependentes, também foi observado que os

índices de reabilitação são proclamados como satisfatórios quando comparados com outros métodos em que não são utilizadas práticas religiosas.

PALAVRAS - CHAVE: Práticas religiosas, espiritualidade, reabilitação, drogadição, codependência.

ABSTRACT: Even with the development of Health Sciences in recent decades due to technological advances and the influence of rationalism in science, it is increasingly observed that this area of knowledge has been opening up more to the possibilities of influencing religious practices in preserving health and in disease prevention. Although, in general, there is a certain fear about this relationship, new horizons are already opening with regard to the possibility of using religious practices aimed at improving various pathologies. In this article we will present religious practices as an effective possibility in the rehabilitation of addicts of psychoactive substances. The research used was pure, with a qualitative approach, making use of the literature review technique. It was concluded that religious practices are already considered in many treatments in chemical dependence, as well as to act in the therapy of codependents, it was also observed that the rehabilitation rates are proclaimed as satisfactory when compared to other methods in which religious practices are not used.

KEYWORDS: Religious practices, spirituality, rehabilitation, drug addiction, codependency

1 | INTRODUÇÃO

O historiador romeno Mircea Eliade (1992) afirma que sagrado e profano deslocaram-se na direção de integrar duas categorias de ser no mundo assumidas pelo homem no decorrer de sua história. Para ele, o homem das sociedades tradicionais é um *homo religiosus* (1992, p. 36), posto que a necessidade religiosa expressa um desejo do ser. Assim, o espaço profano retrata um não-ser ao homem absoluto.

Nesse sentido, o que Eliade mostra é que a religião é parte do homem (1988, p. 374): “A sacralidade é, em primeiro lugar, real. Quanto mais religioso é o homem, mais real ele é, e mais ele se desvia da irrealidade de um devir privado de significação”. Desta forma, vemos que o homem permanece exercendo a religiosidade e refletindo, desta forma, sua necessidade no que se refere às práticas religiosas ou às noções diversas de espiritualidade.

Deste modo, analisar a humanidade de forma aprofundada necessariamente passa pelo aspecto religioso, pelo âmbito da relação do indivíduo com o sagrado, já que as expressões de religiosidade influenciam o pensamento e as práticas sociais nos contextos diversos, considerando haver um mundo transcendente que, para ele, manifesta-se neste a partir de sinais chamados de hierofanias¹.

Como este trabalho pretende analisar a importância das práticas religiosas no tratamento da drogadição, o que evidenciamos é que cada religião traz em si algum tipo de desenvolvimento espiritual (no sentido de aproximação com o que se considera sagrada, dependendo da crença ou do conjunto de crenças inerentes às suas convicções), isto acarreta em grande contribuição para a vida da humanidade; no caso em questão, especificamente contribui para o tratamento da drogadição, agindo como uma espécie de componente terapêutico, promovendo reestruturação e saúde ao dependente, seja qual for seu segmento.

A partir do século XX, o desenvolvimento tecnológico na área da saúde levou os pesquisadores a se portarem diante da doença a partir da chamada “visão microscópica” da doença, tendo em vista que os mecanismos fisiopatológicos passaram a fragmentar o ser de forma a promover um reducionismo no problema saúde-doença tão somente no âmbito do desequilíbrio bioquímico.

Apesar disto, pode-se observar que, como pontua ALEXANDER (1989, p. 23):

Esta “dupla personalidade” do clínico moderno revela, mais claramente do que qualquer outra coisa, o ponto fraco da medicina nos dias de hoje. Dentro da comunidade médica, o profissional pode dar-se ao luxo de assumir uma atitude “científica” que é só e essencialmente uma atitude antipsicológica dogmática. Por não saber exatamente como este elemento psíquico funciona, por ser este tão contraditório a tudo que ele aprendeu na sua formação médica, e porque o reconhecimento de um fator psíquico aparentemente

¹ Hierofania (do grego hieros (ἱερός) sagrado e faneia (φαίνειν) manifesto. Pode ser definido como o ato de manifestação do sagrado.

rompe a consistência da teoria físico-química da vida, tal profissional tenta ignorar o fator psíquico tanto quanto possível. Como médico, no entanto, ele não pode ignorar totalmente (...). Ele precisa lidar com tal fator, porém ao fazê-lo justifica-se dizendo que a cura pela medicina não é apenas uma ciência, mas também uma arte (...) aquilo a que ele se refere como sendo a arte médica, nada mais é do que o conhecimento (...) que ele obteve durante os longos anos que ele obteve de sua experiência clínica

A questão a ser levantada é que há itens na vida humana que vão além do que a matéria compreende e do que a ciência busca experienciar. Quando falamos no ser humano não podemos deixar de falar de espiritualidade. Os registros das primeiras sociedades, cujas evidências encontramos somente em ruínas arqueológicas, deixam vestígios claros de símbolos e cerimônias religiosas.

No decorrer da história, a religião permaneceu e continuou a desempenhar papel central na experiência humana, influenciando a forma como os seres humanos percebem os ambientes deste mundo em que vivemos e de reagir a eles.

2 I PRÁTICAS RELIGIOSAS E RELAÇÃO COM O SAGRADO

Muitas são as tentativas de conceituar a religião. Para Émile Durkheim(1989), a religião não poderia, de forma nenhuma, ser simplesmente resumida a um sistema de ideias, mas seria uma espécie de sistema de força, cuja função seria criar coesão cuja categoria base seria o sagrado, de forma que os indivíduos buscam na religião o desejo de compartilhar uma vivência onde todos são iguais, vivem em comunidade e creem em uma vida social possível, sendo a religião este elemento social.

Para ele, não há “religião verdadeira” e “religião falsa”, mas cada uma tem o seu papel de relevância à maneira que responde a dadas necessidades: *“não há religiões que sejam falsas. Todas são verdadeiras à sua própria maneira: todas respondem, mesmo que de modo diferente, às inúmeras condições da vida humana” (1989, p. 31).*

Tendo em vista que a religião estaria mais na esfera do que é experienciado metafisicamente, não pretendendo depender de categorias cartesianas e das limitações que o racionalismo iluminista impõe, a ideia do irracional está embutida na do racional, de modo que a religião, ao lado da ciência, poderia ser delimitada como uma das categorias que tenta dar conta da irracionalidade do mundo.

Os devotos de determinadas vertentes religiosas buscam o sagrado por meio de suas práticas e, neste encontro, chegam às suas experiências individuais que refletem não apenas seus próprios anseios, mas respondem aos estímulos do grupo de convívio religioso ou às práticas inerentes à doutrina seguida.

Deste modo, o fiel desenvolve respostas particulares às suas práticas segundo suas crenças, e tais práticas têm repercussões diversas não apenas nas suas expressões externas, mas, dependendo do seu grau de envolvimento com sua crença, principalmente

nas suas ações internas.

3 I A SAÚDE, A DOENÇA E A ESPIRITUALIDADE

O conceito de saúde geralmente está mais vinculado à ausência de doença, porém tal conceito é reducionista, tendo em vista que costuma não considerar outras dimensões do ser humano, e há muito caminhar por aspectos mais subjetivos que objetivos nesse sentido, haja vista que o bem-estar físico comumente é relacionado a ter um corpo em equilíbrio biológico e o bem-estar mental é visto como o indicativo de saúde quando há, principalmente na pós-modernidade, a ausência de estresses.

Saúde é o equilíbrio entre os envoltórios, enquanto doença é a desarmonia. Neste ponto, Afonso Carlos Neves (2011, p. 31) nos diz que o conceito de saúde é limitado, posto que este conceito é mais amplo, agregando dimensões física, mental, cultural e social:

(...) Enquanto o bem-estar social é interobjetivo, o bem-estar cultural é de natureza intersubjetiva. Assim, há uma dimensão do bem-estar que implica uma subjetividade vivenciada coletivamente, a qual chamamos “cultura” de uma determinada comunidade. O bem-estar físico, ou seja, objetivo, é verificado por tudo que concerne ao corpo, obtido por história clínica, exame físico ou propedêutica armada (...). O bem-estar mental, ou subjetivo, só pode ser avaliado através da narrativa do próprio indivíduo a respeito de sua interação consigo mesmo e com os outros. (...) O bem-estar social diz respeito à dimensão do indivíduo condicionada a regulamentos objetivos, que intermedeiam processos e limites, os quais têm um alcance coletivo.

O que devemos levar em conta é que no fim do século XX começou a haver uma reconsideração do conceito de bem-estar, se desenvolvendo uma estreita relação entre este conceito e um outro conceito mais utilizado atualmente, o de “qualidade de vida” (não obstante sua relação contemporânea com o consumismo, não é nessa esfera que pretendemos desenvolver este pensamento), permitindo um entendimento mais fiel do ser e, conseqüentemente, das práticas terapêuticas, entrando neste âmbito as práticas religiosas ou de qualquer âmbito que se relacione com a espiritualidade.

4 I A DEPENDÊNCIA QUÍMICA E A BUSCA PELA REABILITAÇÃO

Ao falarmos de problemas de saúde neste trabalho, queremos dar destaque principalmente à dependência química, que tem se intensificado e se tornado uma das maiores preocupações quando falamos sobre saúde pública no Brasil e no mundo. Os índices² indicam que o número de pessoas que consomem drogas e acabam se tornando dependentes tem aumentado cada vez mais, de modo que a quantidade de dependentes químicos passou de 27 milhões em 2013 para 29 milhões em 2014.

² Retirado de: <https://www.dw.com/pt-br/aumenta-número-de-dependentes-qu%C3%ADMICOS-no-mundo/a-19350783> (Acesso em 4 de novembro de 2018).

A dependência química é um transtorno mental em que o dependente perde o controle sobre o uso da droga, e conseqüentemente, fragiliza sua vida psíquica, emocional, espiritual, física e social. O ponto de partida para chegar à dependência é a relação do cérebro com determinada substância.

Para esse órgão, qualquer experiência de recompensa vivenciada é bem-vinda, desde brincar com o filho até usar drogas. As pessoas facilmente se envolvem com drogas justamente porque essas substâncias estimulam os neurônios, proporcionando a sensação de prazer, de forma que a tendência é que o cérebro desenvolva uma compulsão como a manifestada em ninfomania, cleptomania, vigorexia, transtornos alimentares, entre outros.

Apesar das informações errôneas acerca deste assunto, cabe salientar que nem todo usuário de drogas pode ser considerado dependente. Segundo o que os usuários relatam, os motivos de usar as drogas estão dentro desta lista: curiosidade, desejo de fazer parte de um grupo, fuga de problemas, busca por novos prazeres, tentativa de esconder a insegurança, novo estilo de vida, novas emoções, questionamento da autoridades, falta de perspectiva de futuro e mudança de humor proporcionada pela substância (RIBEIRO, 2019).

Pode-se dizer que existem quatro tipos de usuários de drogas: o experimentador, que usa uma ou duas vezes, geralmente levado pela curiosidade e não as consumindo mais após as primeiras experiências. O recreacional, que utiliza a droga esporadicamente, mas que não sente influência positiva ou negativa dela em seu cotidiano. O usuário habitual usa a droga continuamente, mas consegue se controlar, crendo que ela o faz desenvolver melhor suas habilidades em diversas áreas.

O dependente, também chamado de toxicômano, é quem não consegue ver sentido na vida sem o uso da droga, que passa a interferir em todas as áreas de sua existência, a ponto de ele quebrar qualquer regra outrora seguida para ter a droga consigo. No estágio de dependência, é necessário que a pessoa busque ajuda competente e adequada.

As principais pesquisas sobre o uso de drogas por crianças no Brasil começaram nas décadas de 1980 e 1990, realizadas pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), que organizou o estudo a partir da análise da população de seis capitais brasileiras.

O estudo analisou crianças de rua, tendo em vista que as pesquisas do público de usuários em geral em geral focam no problema a partir da adolescência, devido à baixa incidência de uso de drogas entre crianças que não estejam nas ruas. Em 2003, o estudo se intensificou e passou a englobar todas as 27 capitais brasileiras. Foram entrevistadas quase três mil crianças e jovens de até 18 anos, apontando que a dependência só aumenta³.

Tal índice é alarmante e, uma vez que a mesma é um problema de saúde, afetando todas as dimensões da saúde humana, necessita de igual modo ser tratada em todas essas

³ Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras — Escola Paulista de Medicina. São Paulo, 2003

dimensões, inclusive a espiritual. Nós defendemos que o tratamento somente com foco espiritual é insuficiente, antes, cremos ser este um eficaz método complementar, sendo necessário que sejam utilizados tratamentos no âmbito da espiritualidade, psicologia, psiquiatria, medicina e outra ciência que se achar necessária.

KOENING (2012, p. 112) diz que muitos renomados profissionais da medicina atestam a importância da espiritualidade, ainda que poucos direcionem seus pacientes para um auxílio neste contexto, de modo que mais de 90% dos médicos reconhece que fatores espirituais são um componente importante da saúde, e uma grande parte (70% a 82%) diz que isso pode influenciar positivamente na saúde do paciente.

Além disso, 85% dos médicos dizem que deveriam estar cientes das crenças religiosas/espirituais dos pacientes, e 89% indicam que têm direito a perguntar sobre tais crenças. Porém, apesar dessas atitudes positivas, os médicos ainda mostram-se resistentes em discutir com os pacientes sobre questões espirituais.

LEVIN (2006, p. 26), epidemiologista com foco na espiritualidade, em uma entrevista quanto à relação entre espiritualidade e saúde, ao ser questionado se haveria alguma diferença entre pessoas que tem ou não religião ou práticas espirituais e pessoas sem hábitos religiosos, relacionou a religiosidade a uma espécie de melhoria na qualidade de vida, apresentou uma conclusão interessante quanto aos efeitos saudáveis da espiritualidade como uma constante universal da natureza:

(...) apenas um em cada dez médicos encaminha as necessidades espirituais dos pacientes com regularidade (...). A maioria dos médicos (mais de 90%) reconhece que fatores espirituais são um componente importante da saúde, e uma grande parte (70% a 82%) diz que isso pode influenciar a saúde do paciente. Além disso, 85% dos médicos dizem que deveriam estar cientes das crenças religiosas/espirituais dos pacientes, e 89% indicam que têm direito a perguntar sobre tais crenças. Porém, apesar dessas atitudes positivas, os médicos mostram-se relutantes em discutir com os pacientes sobre questões espirituais.

Segundo a Dra. Regina Lúcia M. Batista Dantas, Psicóloga e Presidente do AA (Alcoólicos Anônimos) no Brasil, se um alcoolista não é restaurado em todas as áreas da sua vida, que segundo ela envolve a área emocional, física, mental, social, familiar, cultural, econômica e espiritual, ficará uma porta aberta para a recaída e o retorno ao álcool⁴.

Creio que podemos aplicar esse princípio às outras drogas, pois os motivos e circunstâncias são as mesmas que muitas vezes levam uma pessoa a usar tanto o álcool como outras drogas.

Num artigo desenvolvido pela Dra. Dirce de Assis Rudge ela faz uso de uma afirmação do Dr. George Vaillant, expoente mundial nos estudos de alcoolismo, conforme segue:

4 Palestra realizada no XXI Encontro estadual do AA – VI Seminário para profissionais da saúde em João Pessoa-PB, 29 de agosto de 2008.

“O poder que a dependência química exerce sobre os seres humanos não reside no nosso córtex. O poder da dependência em nossas mentes mora no que foi chamado o nosso cérebro de réptil. O poder localiza-se no campo das transformações celulares no meio do nosso cérebro – o *nucleus accumbens* e o *tegmentum* superior - essa área do cérebro é responsável pelas respostas de prazer. Essas transformações estão além do alcance da força de vontade, além do alcance do condicionamento e além do alcance do ‘insight psicanalítico’⁵.”

Para o Dr. Vaillant, somente com o desenvolvimento da espiritualidade haverá um verdadeiro estímulo e conscientização do valor da sobriedade, promovendo uma motivação firme e sobretudo persistente de uma vida sem álcool ou outras drogas, ideia que antes se afigurava absurda e completamente sem sentido para o usuário.

O ideal é que se fuja dos extremos e se alie o maior número possível de recursos a fim de que se tenha maior êxito nos tratamentos, como afirma a Dra. Cristina Navalon⁶: “*Temos que fazer distinções; uma coisa é usar a espiritualidade como parte integrante do tratamento; outra, bem diferente, é se valer somente da espiritualidade para tal fim*”.

5 | DEPENDÊNCIA E OUTRAS DOENÇAS: OS EFEITOS DA PRÁTICA RELIGIOSA

Uma vez que a drogadição é considerada doença para a OMS, em se tratando do tratamento de drogadictos, a experiência deve ser parametrizada da mesma forma que para outras patologias. Se pararmos para refletir, os drogadictos tem problemas de saúde em várias áreas que vão desde a médica, psicológica à social. Com certeza a abordagem espiritual se faz necessária nesse caso também.

É importante sabermos como a espiritualidade atua na vida das pessoas e especificamente em quem está se tratando de alguma doença. Para alguns pesquisadores é difícil determinar exatamente onde e como a espiritualidade age, já outros, que inclui a grande maioria, alistem uma série de benefícios e como a espiritualidade afeta no tratamento à saúde, e especificamente aqui, na drogadição.

Como as conclusões são diversas, alguns atribuem os benefícios à expectativa dos pacientes, que sabidamente interfere no sistema imunológico. Outros acreditam que a maior responsável é a meditação, que reduz a tensão muscular e pode diminuir a frequência cardíaca. Alguns apontam ainda para os vínculos sociais estabelecidos graças à vida espiritual.

Para Viktor Frankl (1978) é a espiritualidade que dá sentido à vida, posto estar a mesma ligada com a motivação que faz crescer, lutar e amar. A espiritualidade proporciona autodeterminação no sujeito, levando-o a enxergar sob a ótica de uma percepção mais positiva. A espiritualidade conduz o ser humano à capacidade de enfrentar os problemas que antes eram impossíveis de se transpor.

5 Conferência de Abertura do 13º Congresso Brasileiro de Alcoolismo (Rio de Janeiro, 12 a 15 de agosto de 1999).

6 Psicóloga especialista em dependência química e transtornos psicossomáticos.

A espiritualidade traz confiança e esperança, auxilia no tratamento, promove a qualidade de vida, evidencia o sentimento de amparo constante, conforto e bem-estar, pois o dependente estaria lutando contra algo acima de suas forças.

Independente do credo professado, a espiritualidade exerce um forte impacto na prevenção das drogas e a proteção contra seu uso, assim como de outras doenças, pois o vínculo com o transcendente dá suporte e equilibra as emoções, diminuindo os índices de desvalor, depressão e ausência de sentido para viver; propondo ainda um caminho de recomeço, uma nova perspectiva de vida, um acolhimento que se estende aos familiares e a sociedade. Uma esperança necessária que o presente e o futuro requerem (OTON, 2015).

De acordo com Sullivan (1993), a dimensão da espiritualidade é uma característica única e individual que pode ou não incluir a crença em um “Deus”, sendo responsável pela ligação do “eu” com o universo e com os outros, estando além da religiosidade e da religião. E nessa perspectiva busca-se então o sentido da vida que a maioria está à procura, mas é a dimensão espiritual que propõe ao homem um por que viver.

Para os adeptos da fé cristã, após a chamada metanoia (“mudança de mente” ou conversão) o indivíduo que outrora se via como dependente de uma substância psicoativa passa a encontrar em Deus sua satisfação, e tal satisfação o motiva a lutar um dia após o outro, “matando um leão por dia”⁷.

Muitos são os casos de tabagistas, alcoolistas ou usuários de drogas diversas que utilizaram as substâncias durante décadas e, após a conversão religiosa, encontraram na espiritualidade forte auxílio para se verem livres do vício.

Por outro lado, não é incomum observar casos de pessoas que sofrem da recaída (retorno ao abuso da substância) devido à espiritualização da doença sem permanecer com os cuidados, alheios às práticas espirituais.

A espiritualização total pode gerar um sofrimento que, por vezes, faz com que alguns sofram o “trauma espiritual” de, tendo o organismo ainda chamando pela droga, achar que o desejo de fumar é sinal de uma falta de entrega total a Deus, o que, por ser a dependência química uma doença, não é verdade.

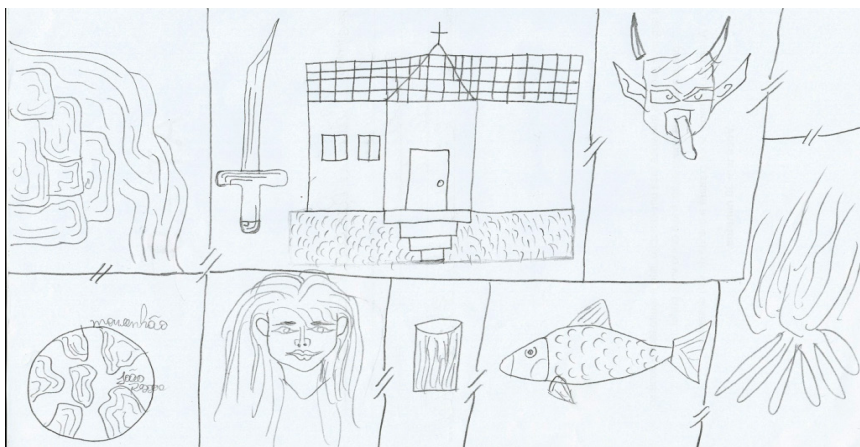
Para tais adeptos, o vício começa como pecado, pois tem seu início com uma atitude proposital de confronto à vontade de Deus de que os seus seguidores não usem aquilo que prejudica o corpo, chamado pelo Apóstolo Paulo de o templo do Espírito (1 Coríntios 3:16). A questão é que esse pecado inicial aos poucos se transforma em uma doença que, não obstante ser consequência do pecado, é algo a ser tratado como uma patologia, devendo receber todos os cuidados de qualquer outra enfermidade.

Sendo assim, para os que veem com mais cautela a relação entre a espiritualidade e a reabilitação do uso de drogas, apesar de haver um ser sagrado que (segundo muitas

⁷ Esta frase é muito utilizada por participantes dos Alcoólicos Anônimos, grupo que se originou por meio da proposta de um pastor evangélico de unir a espiritualidade à reabilitação.

crenças) pode curar doenças, esse mesmo ser pode também querer usar a ciência para que o fiel se reabilite. Sendo assim, procurar tratamento para se livrar de um vício após a conversão seria sinal de busca por fazer a vontade do Deus cristão, livrando-se de qualquer tipo de domínio sobre si que não o do próprio Deus.

Desse modo, a religiosidade e a espiritualidade podem dar o impulso crucial para qualquer ruptura de ciclo vicioso, evocando um sentido propulsor de vida, como verificamos na imagem e narrativa do dependente químico no protocolo 01⁸.



PROTOCOLO 01

Acervo fotográfico OTON, K. (2015)

“Eu me encontrava perdido quando veio sobre minha vida à cachoeira do Senhor e nasci de novo, aprendi com a espada que é a palavra de Deus e me achei ao templo para buscar a Deus. O devorador tentou me matar, parei e dei um giro no que tinha se passado em minha vida e Jesus fez me lembrar de quem eu era e voltei a ter fé novamente, dei um suspiro tomei um copo com água, fui ver o mar, os peixes, inspirei-me novamente e o fogo do Espírito Santo ardeu outra vez”.

Avaliamos no protocolo 01, os fatores abordados acerca da religiosidade e da espiritualidade sendo evidenciados, havendo uma desestrutura emocional em sua narrativa, porém, um vislumbre de esperança quando o mesmo se atém a uma espiritualidade que o faz acreditar nas mudanças advindas do conhecimento Bíblico, da experiência, e do poder transformador que o Sagrado pode lhe proporcionar, inserindo-o assim para uma nova perspectiva de inclusão social e familiar.

⁸ Dissertação de mestrado 2015, OTON, K. UFPB/PPGCR. Pesquisa realizada na Instituição Manassés, PB.

6 I A NOVA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE DROGAS: UMA RÁPIDA NOÇÃO SOBRE A PENALIDADE

No ano de 1998, após a conclusão da XX Assembleia Geral Especial das Nações Unidas, em que se debateu os fundamentos que serviriam de guia para a redução da demanda de drogas, o Brasil deu início à estruturação de uma política nacional específica dessa temática, sendo criada a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), recebendo esta Secretaria a responsabilidade de mobilizar os diversos sujeitos relacionados com a questão do uso de drogas para que fosse criada a política brasileira sobre o assunto. Assim, em 26 de agosto de 2002 foi estabelecida a Política Nacional Antidrogas (PNAD).

Com o intuito de reduzir a demanda e a oferta de substâncias psicotrópicas no Brasil, três pontos foram elencados a fim de que fossem desenvolvidos na PNAD para aplicação, sendo eles:

- 1- Integração das políticas públicas setoriais com a Política Nacional Antidrogas;
- 2- Descentralização das ações no nível municipal;
- 3- Estreitamento das relações entre comunidade científica e a sociedade.

Com a atualização de dados epidemiológicos, a política teve o prefixo “anti” substituído pelo termo “sobre”, posto que as novas linhas de estudo internacionais sobre a temática passavam a desenvolver um novo viés, passando a ser denominada Política Nacional sobre Drogas (permanecendo a sigla PNAD).

Devido à necessidade de atualizar a já obsoleta legislação sobre drogas (então com mais de 30 anos de existência), em 2006, a SENAD coordenou uma equipe governamental que, em conjunto com parlamentares, desenvolveu o processo que teve como resultado a aprovação da Lei 11.343/2006, sendo assim instituído o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), prescrevendo medidas de prevenção ao abuso de drogas e a reinserção social dos dependentes, caminhando em combinação com a atual política sobre drogas.⁹

Desta forma, foi compreendido e oficializado pelo Governo Brasileiro que usuário e traficante não poderiam estar incluídos no mesmo nicho (com a legislação anterior preconizava), mas ambos deveriam ter os seus direitos assegurados, de um lado com um devendo ser punido nas formas da Lei, enquanto o outro deveria ter oportunidade de refletir acerca do seu consumo e, quando necessário, ser assistido em sua enfermidade.

Ainda que, ao ser flagrado no consumo, o assunto em questão continue sendo julgado por um juiz, que dará a medida nas formas da Lei, o usuário não mais é preso, mas atendido pela autoridade policial que, lavrando o termo circunstanciado, lhe informará sobre

9 Por força da MP Nº 870 de 01/01 de 2019, todos os processos referentes às ações de cuidados, prevenção e reinserção social das Políticas sobre Drogas foram transferidos da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas - SENAPRED, do Ministério da Cidadania;

a necessidade de comparecimento junto ao Juizado Especial Criminal, também cabendo ressaltar que a nova legislação da mesma forma estabeleceu critérios a fim de que seja estabelecido se a droga destina-se ou não ao consumo pessoal.

O artigo 16 da antiga Lei 6.368/76 considerava a pena do uso de drogas em detenção de seis meses a dois anos, sendo, assim, considerada crime. A nova legislação não mais traz tal aplicação, antes assegura a aplicação de penas alternativas, impostas pelos Juizados Especiais Criminais, com a advertência (não de cunho moral, mas jurídico), abordando os efeitos nocivos da droga, além da prestação de serviços à comunidade, porém, sem a antiga medida de conversão em pena privativa de liberdade.

Desta forma, a mudança na legislação promoveu um distanciamento não existente anteriormente em termos legais, pois passou a atenuar o papel de usuários e dependentes com medidas educativas de tratamento, reinserção e vida em sociedade, impossibilitando a prisão dos mesmos, enquanto, por outro lado, agravou a situação penal dos disseminadores do uso de substâncias psicoativas.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da religião no desenvolvimento humano e na busca por solucionar problemas complexos da sociedade não está limitado ao que diz a Teologia, mas outras ciências corroboram tal fato.

No âmbito da Sociologia, Émile Durkheim tratou as representações religiosas como constitutivas da sociedade, afastando definitivamente a ideia de que religião, como comumente colocada pelos contrários a esta área de estudos, seria nada mais que ilusão, mostrando que dificilmente um fenômeno observado de forma constante ao longo da história dos homens poderia simplesmente ser resultado de mero equívoco.

Em seu pensamento ele expressa a crítica à teoria de que a ciência viria a substituir gradativamente a religiosidade, tendo em vista que, apesar da tensão existente entre conhecimento religioso e conhecimento científico, estes devem ter respeitadas suas funções, não havendo permissão para que um de alguma forma possa interferir no outro, sendo a religião um excelente palco de apresentação das nuances que compõem a complexidade humana (1989, p.29):

(...) a religião quando pesquisada não é estudada apenas pelo prazer de contar as extravagâncias e as singularidades que encerra. Se tomarmos dada religião como objeto da nossa pesquisa, é porque nos parece mais apta que qualquer outra para fazer compreender a natureza religiosa do homem, ou seja, nos revela aspectos essenciais e permanentes da humanidade.

Em suas obras, Durkheim reconhece que a religião, acima de tudo, diz respeito ao modo como organizamos a nossa compreensão da realidade e, nesse caso, ela seria precursora da ciência e não sua antítese. A religião interpretaria o processo cultural, dizendo

algo sobre o significado de comunidade, expressando o que é importante neste processo.

Weber é um outro exemplo de um pesquisador que observa uma amplitude da religião e suas expressões que está além de conceitos metafísicos, tendo em vista que o universo das práticas religiosas, a princípio, seriam usuárias da razão, pelo menos relativamente, e direcionadas ao mundo físico. Assim, seria a religião, ao lado da ciência, uma esfera que tenta dar conta da irracionalidade do mundo (1991, p. 279): *“ainda que não seja necessariamente uma ação orientada por meios e fins, orienta-se, pelo menos, pelas regras da experiência”*

As crenças religiosas ajudam na autoestima, no ajustamento e adaptação das pessoas frente as adversidades, fornecem a capacidade de auto avaliação e autoconceito, de modo que as pessoas passam a valorizar a percepção de si.

A espiritualidade traz também o favorecimento de emoções, sensação de força, poder e controle; diminuição da carga emocional da doença, auxílio na prevenção da doença e alívio do medo e da incerteza perante a morte, além de amenizar a ansiedade do indivíduo, preocupações, medos, sentimentos negativos, conceito baixo de si mesmo, incertezas e culpa.

Como afirma Eliade (1992), em casos de aflições extremas, quando tudo foi tentado em vão [...] os homens voltam-se para o Ser supremo e imploram-lhe. Desse modo, o sentimento religioso, a espiritualidade, traduzem essa religação do homem com o transcendente, consigo mesmo e em suas relações afetivas, da mesma forma que a separação e o desencantamento com o transcendente resultam no afastamento de si e do outro.

No caso específico da drogadição, a espiritualidade é capaz de produzir a autodeterminação, força de vontade e controle, que são elementos fundamentais para se vencer a dependência, também amenizando a dor da solidão frente a esta luta que tem se tornado bem conhecida nos tempos atuais.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Franz. **Medicina Psicossomática**. Artes Médicas. Porto Alegre, 1989.

Bíblia Sagrada: Nova Versão Internacional, traduzida pela comissão da Sociedade Bíblica

BRASIL. **Fé na prevenção**: prevenção do uso de drogas em instituições religiosas e movimentos afins. Organizadoras: FORMIGONI, Maria Lucia Oliveira de Souza, DUARTE. Paulina do Carmo Arruda Vieira. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2009.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**: O Sistema Totêmico na Austrália. São Paulo: Paulus, 1989.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

_____. **Tratado de História das Religiões**. 2ª Edição, São Paulo, Martins Fontes, 1988

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido**: Um psicólogo no campo de concentração. 2a ed. São Leopoldo, Sinodal; Petrópolis, Vozes, 1991.

KOENING, Harold G. **Medicina, Religião e Saúde**: o encontro da ciência e da espiritualidade. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

LEVIN, Jeff: **Revista Sexto Sentido**, n. 52, Mythos Editora, 2006.

OTON, K. **Educação Emocional e Espiritualidade**: Fatores de Prevenção às Drogas. Artigo, 2015. Dissertação de Mestrado, 2015.

_____, K. **As imagens do Sagrado para os dependentes químicos**. Dissertação de mestrado, 117p. UFPB/PPGCR. 2015.

RIBEIRO, Saulo Duarte Lima. **Livre!** O que o dependente e sua família precisam saber para vencer o vício e suas consequências. São Paulo: Mundo Cristão, 2019.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS (SENAD). Drogas: Cartilha sobre Maconha, Cocaína e Inalantes. Série Por dentro do assunto. Brasília, DF, 2004.

SHOE, David, PICKA, David, KIRCH, Darryl G. Psiquiatria Geral: paranoia. Disponível em: < <https://www.psiquiatriageral.com.br/tema/paranoia.htm> > Acesso em: 02 jul. 2019.

SULLIVAN, W. P. **It helps me to be a whole person**: the role of spirituality among the mentally challenged. Psychosocial Rehabilitation Journal, 1993.

TEIXEIRA, C. F; PAIM, J. S & VILASBOAS, A. L. SUS: **modelos assistenciais e vigilância da saúde**. Informe epidemiológico do SUS 1998, 7: 8-28.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Fundamentos da Sociologia compreensiva. v.1, Brasília, Editora da UNB, 1991.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Chile 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 12

Clássico 2, 5, 248

Constitucional 6, 12, 33, 39, 44, 47, 51, 52, 53, 57, 81, 93, 95, 108, 125, 126, 127, 130, 132, 133, 136, 137, 168, 176, 179, 188, 189, 193, 246, 251, 254, 256, 260, 261, 298, 303, 320

Contemporâneo 2, 5, 124, 159, 207, 308, 314, 317

Contempt of Court 5, 6, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31

D

Delação Premiada 5, 7, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 137

Dignidade da Pessoa Humana 5, 8, 15, 81, 82, 92, 93, 104, 153, 189, 190, 192, 193, 215, 218, 242, 243, 244, 245, 247, 254, 255, 257, 259

Direito 2, 5, 6, 8, 13, 14, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 35, 40, 41, 43, 48, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 68, 77, 78, 86, 91, 92, 93, 95, 101, 102, 103, 104, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 145, 149, 150, 152, 153, 158, 161, 162, 163, 164, 168, 170, 171, 172, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 199, 201, 202, 203, 204, 208, 211, 214, 215, 230, 231, 241, 246, 247, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 267, 278, 279, 281, 282, 290, 291, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 310, 313, 315, 316, 317, 320

E

Educação 5, 9, 56, 68, 80, 81, 85, 89, 153, 165, 167, 168, 169, 171, 175, 194, 203, 206, 210, 215, 220, 274, 281, 306, 307, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320

Espiritualidade 8, 262, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 273, 274

Eutanásia 5, 8, 242, 243, 244, 245, 246

G

Grupos vulneráveis 5, 199

I

Idoso 5, 6, 79, 80, 81, 82, 91, 256

Imposto 5, 6, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 256, 309

Inexigibilidade 6, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43

Inspecção Industrial e Sanitária 5, 105, 107, 120

L

Lavagem de capitais 5, 7, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Licitação 5, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43

M

Marginalização 5, 7, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 199

Medicina Legal 5, 9, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 287, 288, 289

Meio Ambiente 5, 20, 21, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 102, 103, 104, 111, 124, 320

Mulher 5, 8, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 222, 223, 224, 228, 229, 231, 238, 276, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288

N

Núcleo familiar 8, 188, 194, 195, 199, 200, 201

O

Objecção Religiosa 8, 247, 248

Ocupação 5, 6, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 109

P

Planejamento Urbano 6, 61, 66, 78

Positivismo 9, 290, 291, 292, 298, 302, 303, 304

Presunção de Inocência 7, 125, 127, 130, 131, 133, 134, 135

S

Separação dos poderes 5, 9, 290, 291, 292, 298, 300, 301, 302, 303, 305

Sistema prisional brasileiro 5, 7, 177, 180, 181, 183, 184, 185, 187

Superendividamento 5, 6, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91

T

Transusão de sangue 8, 247, 248, 249, 250, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261

Tribunal Penal Internacional 6, 13, 17, 18, 19, 20, 23

U

Uso progressivo da força 5, 150, 152, 154, 157, 162

V

Violência 5, 8, 151, 164, 167, 168, 169, 170, 175, 176, 178, 180, 182, 184, 185, 186, 187, 191, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 275, 276, 285

O **Direito** na Transição do **Clássico** para o **Contemporâneo**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 




 **Atena**
Editora
Ano 2021

O **Direito** na Transição do **Clássico** para o **Contemporâneo**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



 **Atena**
Editora
Ano 2021